



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO

02
CB

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE	
PROCESSO Nº 3550	
30 / 11 / 2015	
RUBRICA	FOLHAS
(S)	

MENSAGEM/976

Rio Grande, 27 de novembro de 2015.

Excelentíssimo Presidente,

Honra-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a essa Colenda Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei nº 084 que **ALTERA A REDAÇÃO DO PARÁGRAFO 12 DO ART. 21 DA LEI Nº 6.822, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2009.**

Conforme previsão do art. 21, §4º, inciso I, da Lei Municipal nº 6.822/09, o Município do Rio Grande é responsável pela retenção e recolhimento do ISS, respeitado o contido no art. 11. Nesse sentido, de acordo com o disposto no art. 21, §12, da Lei Municipal nº 6.822/09, no caso de prestação de serviços ao próprio Município, sempre que for ele o credor do ISS, o respectivo valor deve ser retido quando do pagamento do serviço e apropriado como receita, entregando-se comprovante de quitação ao contribuinte.

A proposta de alteração da redação do §12 do art. 21 da Lei Municipal nº 6.822/09 tem por escopo adequar a responsabilidade tributária pelo recolhimento do ISS nos casos de serviços prestados à Prefeitura Municipal do Rio Grande em que o pagamento ocorre mediante utilização de Cartão Corporativo.

O referido método de pagamento tem por finalidade agilizar e facilitar o adimplemento dos serviços contratados, situação que inviabiliza a aplicação do instituto da retenção de impostos, conforme prevê a redação original do §12 do art. 21.

A partir da alteração do texto legal, sempre que o pagamento dos serviços ocorrer através de Cartão Corporativo, o próprio prestador do serviço fica responsável pelo pagamento do ISS, deixando a Prefeitura Municipal do Rio Grande de figurar na condição de substituta tributária.

A modificação da sistemática objetiva maior arrecadação do imposto municipal e transparência fiscal, visto que o prestador deixará de ser solidariamente responsável pelo pagamento do ISS nos casos em que não verificada, na prática, a ocorrência da retenção do imposto.

Respeitosamente,

ALEXANDRE DUARTE LINDENMEYER
Prefeito Municipal

À Sua Excelência o Senhor
Ver. THIAGO PIRES GONÇALVES
Presidente da Câmara Municipal
NESTA CIDADE



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 084 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

ALTERA A REDAÇÃO DO
PARÁGRAFO 12 DO ART. 21 DA
LEI Nº 6.822, DE 30 DE DEZEMBRO
DE 2009.

Art. 1º Fica alterada a redação do parágrafo 12 do art. 21 da Lei Municipal nº 6.822, de 30 de dezembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21

§ 12 No caso de prestação de serviços ao próprio Município, sempre que, nos termos desta lei, for ele o credor do ISS, o respectivo valor será retido quando do pagamento do serviço e apropriado como receita, entregando-se comprovante de quitação ao contribuinte, salvo no caso de pagamento realizado com Cartão Corporativo, hipótese em que o ISS deverá ser recolhido pelo próprio prestador do serviço.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Rio Grande, 27 de novembro de 2015.

ALEXANDRE DUARTE LINDENMEYER
Prefeito Municipal

cc:/todas as Secretarias/CSCI/PJ/CMRG/Publicação



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

DESPACHO

Processo nº 3539/2015

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador (a)

Franco Garcia

☒ Fica deferido, a pedido do Relator, o prazo do art. 42, § 1º, do Regimento Interno.

☐ Não Requerido o prazo do art. 42, § 1º do Regimento Interno.

Rio Grande, 1º de dezembro de 2015.

[Assinatura]
Presidente da Comissão

Deliberou o Relator:

☒ Enviar ao Consultor Jurídico.

☐ Não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, 12 de dezembro de 2015

[Assinatura]
Relator

VEREADOR

Flávia Santos

PARECER JURÍDICO

☐ Em anexo

☒ O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

Rio Grande, 10 de dezembro de 2015

[Assinatura]
Consultor Jurídico

Carlos Eduardo Concli

Consultor Jurídico

DESPACHO

Na condição de Relator (a):

☐ Acolho o parecer jurídico por seus fundamentos.

☐ Deixo de acolher o parecer jurídico pelas razões em separado.

☐ O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

☒ O presente projeto não atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.

Rio Grande, 13 de abril de 2016

[Assinatura]
Relator (a)



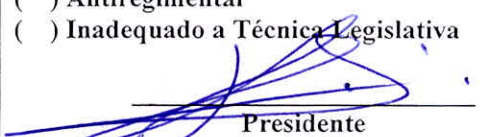
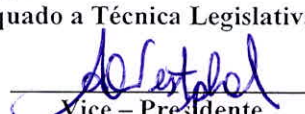
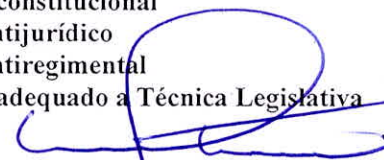
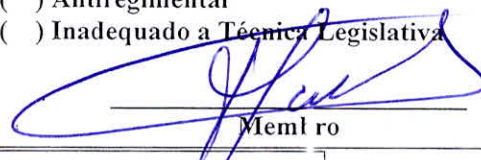

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROCESSO Nº: 3550/15

TIPO/Nº: PLE 84/15

AUTOR: Executivo Municipal

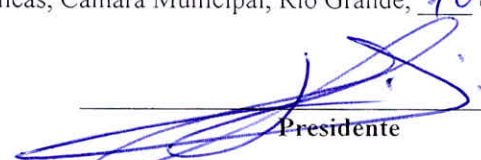
Colocado o Processo em votação na CCJ, votou cada membro:

<p>Vereador THIAGO PIRES GONÇALVES</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional () Inconstitucional () Antijurídico () Antiregimental () Inadequado a Técnica Legislativa</p> <p> Presidente</p>	<p>Vereadora ANDRÉA WESTPHAL</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional () Inconstitucional () Antijurídico () Antiregimental () Inadequado a Técnica Legislativa</p> <p> Vice-Presidente</p>
<p>Vereador LUIS FRANCISCO SPOTORNO</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional () Inconstitucional () Antijurídico () Antiregimental () Inadequado a Técnica Legislativa</p> <p> Secretário</p>	<p>Vereador FLAVIO SANTOS</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional () Inconstitucional () Antijurídico () Antiregimental () Inadequado a Técnica Legislativa</p> <p> Membro</p>
<p>Vereador GIOVANI MORALLES</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional () Inconstitucional () Antijurídico () Antiregimental () Inadequado a Técnica Legislativa</p> <p> Membro</p>	

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ Constitucional
() Inconstitucional
() Antijurídico
() Antiregimental
() Inadequado a Técnica Legislativa

Sala das Comissões Técnicas, Câmara Municipal, Rio Grande, 10 de 05 de 2016.


Presidente



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROCESSO N°: _____

TIPO/N°: _____

AUTOR: _____

Colocado o Processo em votação na CCJ, votou cada membro:

<p>Vereador JULIO CESAR DA SILVA</p> <p>() Constitucional () Inconstitucional () Antijurídico () Antiregimental () Inadequado a Técnica Legislativa</p> <p>_____ Presidente</p>	<p>Vereador PAULO ROLDÃO</p> <p>() Constitucional () Inconstitucional () Antijurídico () Antiregimental () Inadequado a Técnica Legislativa</p> <p>_____ Vice - Presidente</p>
<p>Vereador GIOVANI MORALLES</p> <p>() Constitucional () Inconstitucional () Antijurídico () Antiregimental () Inadequado a Técnica Legislativa</p> <p>_____ Secretário</p>	<p>Vereador FLAVIO SANTOS</p> <p>() Constitucional () Inconstitucional () Antijurídico () Antiregimental () Inadequado a Técnica Legislativa</p> <p>_____ Membro</p>
<p>Vereadora ROVAM DE CASTRO</p> <p>() Constitucional () Inconstitucional () Antijurídico () Antiregimental () Inadequado a Técnica Legislativa</p> <p>_____ Membro</p>	

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

- () Constitucional
() Inconstitucional
() Antijurídico
() Antiregimental
() Inadequado a Técnica Legislativa

Sala das Comissões Técnicas, Câmara Municipal, Rio Grande, ____ de ____ de 2015.

Presidente

Art. 19 São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

- I – as pessoas referidas no artigo 18;
- II – os mandatários, prepostos e empregados;
- III – os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Art. 20 É solidariamente responsável com o contribuinte pelo recolhimento integral do imposto, inclusive multas e acréscimos legais:

§ 1º O tomador de qualquer serviço tributado neste Município, prestado por pessoa jurídica sem o fornecimento do respectivo documento;

§ 2º Os tomadores de serviços eximir-se-ão da responsabilidade fiscal referida no parágrafo anterior, mediante a apresentação de cópia da guia de recolhimento do imposto devido ou da comprovação do pagamento feito pelo prestador.

SEÇÃO III **Do Substituto Tributário**

Art. 21 Na condição de substitutos tributários, são responsáveis pelo pagamento do imposto:

§ 1º A empresa tomadora de serviços, ainda que imune ou isenta, fica responsável pela retenção e recolhimento do ISS quando os serviços tomados forem os descritos nos subitens 11.01, 12.01 a 12.12, 12.14 a 12.17, 20.02, e 20.03 da Lista Anexa, se o prestador do serviços não estiver estabelecido neste Município.

§ 2º A empresa tomadora de serviços, ainda que imune ou isenta, fica responsável pela retenção e recolhimento do ISS quando os serviços tomados forem os descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.11, 7.12, 7.16, 7.17, 7.18, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da Lista Anexa, em qualquer caso.

§ 3º A empresa tomadora de serviços, ainda que imune ou isenta, fica responsável pela retenção e recolhimento do ISS quando os serviços tomados forem os descritos no subitem 16.01 (exceto na venda antecipada de passagens) da Lista Anexa, em qualquer caso.

§ 4º São responsáveis pela retenção e recolhimento do imposto:

I – as entidades de administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados e do Município, pelo imposto devido sobre qualquer serviço tomado de prestador estabelecido no Município, salvo o disposto no § 3º;

II – as autorizatárias, permissionárias ou concessionárias de serviços pelo imposto devido sobre qualquer serviço tomado de prestador estabelecido no Município, salvo o disposto no § 3º;

III – A empresa tomadora de serviços e beneficiária de incentivos fiscais fica responsável pela retenção e recolhimento do ISS quando os serviços tomados forem prestados por empresas estabelecidas no município mesmo que de forma eventual ou temporária, salvo o disposto no § 3º.

§ 5º Não ocorrerá à substituição tributária quando o contribuinte prestador do serviço for pessoa física, sujeitar-se a pagamento do imposto com base fixa ou gozar de isenção ou imunidade tributária, devidamente reconhecida pela Municipalidade.

§ 6º O prestador do serviço responde solidariamente com o substituto tributário pelo pagamento do imposto devido, sempre que não ocorrer à retenção ou esta for efetuada em valor inferior ao devido.

§ 7º O imposto devido por substituição tributária deverá ser retido e recolhido pelo substituto tributário até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, ficando sujeito, a partir desta data, à incidência de juros e multa, na forma da legislação vigente.

§ 8º A responsabilidade do substituto pelo pagamento do imposto independe de sua retenção ou do pagamento dos serviços.

§ 9º Os contribuintes bem como os substitutos tributários manterão controle em separado das operações sujeitas a este regime.

§ 10. A responsabilidade de que trata este artigo será efetivada mediante retenção na fonte e recolhimento do ISS devido, calculado sobre o preço do serviço, aplicada a alíquota correspondente, conforme Lista Anexa.

§ 11. Os contribuintes alcançados pela retenção do ISS, assim como os responsáveis que a efetuarem, manterão controle por meio do EEM sobre os respectivos valores sujeitos a esse regime.

§ 12. No caso de prestação de serviços ao próprio Município, sempre que, nos termos desta lei, for ele o credor do ISS, o respectivo valor será retido quando do pagamento do serviço e apropriado como receita, entregando-se comprovante de quitação ao contribuinte, salvo o disposto no § 3º.

CAPÍTULO III

Do Cálculo do Imposto

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 22 Quando se tratar da prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o cálculo do imposto será em função da URM, de acordo com a Tabela I do Anexo I.

Art. 23 Salvo as modalidades de cálculo específicas previstas nesta Lei, o imposto devido será determinado pelo produto resultante da multiplicação da base de cálculo pela alíquota aplicável.

SEÇÃO II

Da Sociedade de Profissionais

Art. 24 Quando os serviços forem prestados por sociedade de profissionais, o imposto será fixado em URMs.



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Ofício nº 0562/16
Proc. 3550/2015

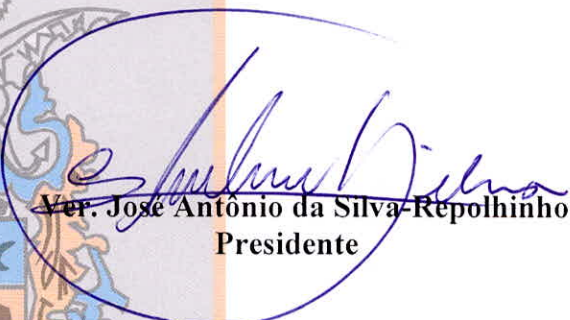
Rio Grande, 16 de maio de 2016.

Ao Exmo. Sr.
Alexandre Duarte Lindenmeyer
Prefeito Municipal
Nesta

Senhor Prefeito,

Apraz-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 84/2015 em anexo, para sua devida apreciação, aprovado no dia de hoje.

Atenciosamente,


Ver. José Antônio da Silva Repolhinho
Presidente

Anexo: altera a redação do parágrafo 12 do art. 21 da Lei nº 6.822, de 30 de dezembro de 2009.





Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROJETO DE LEI

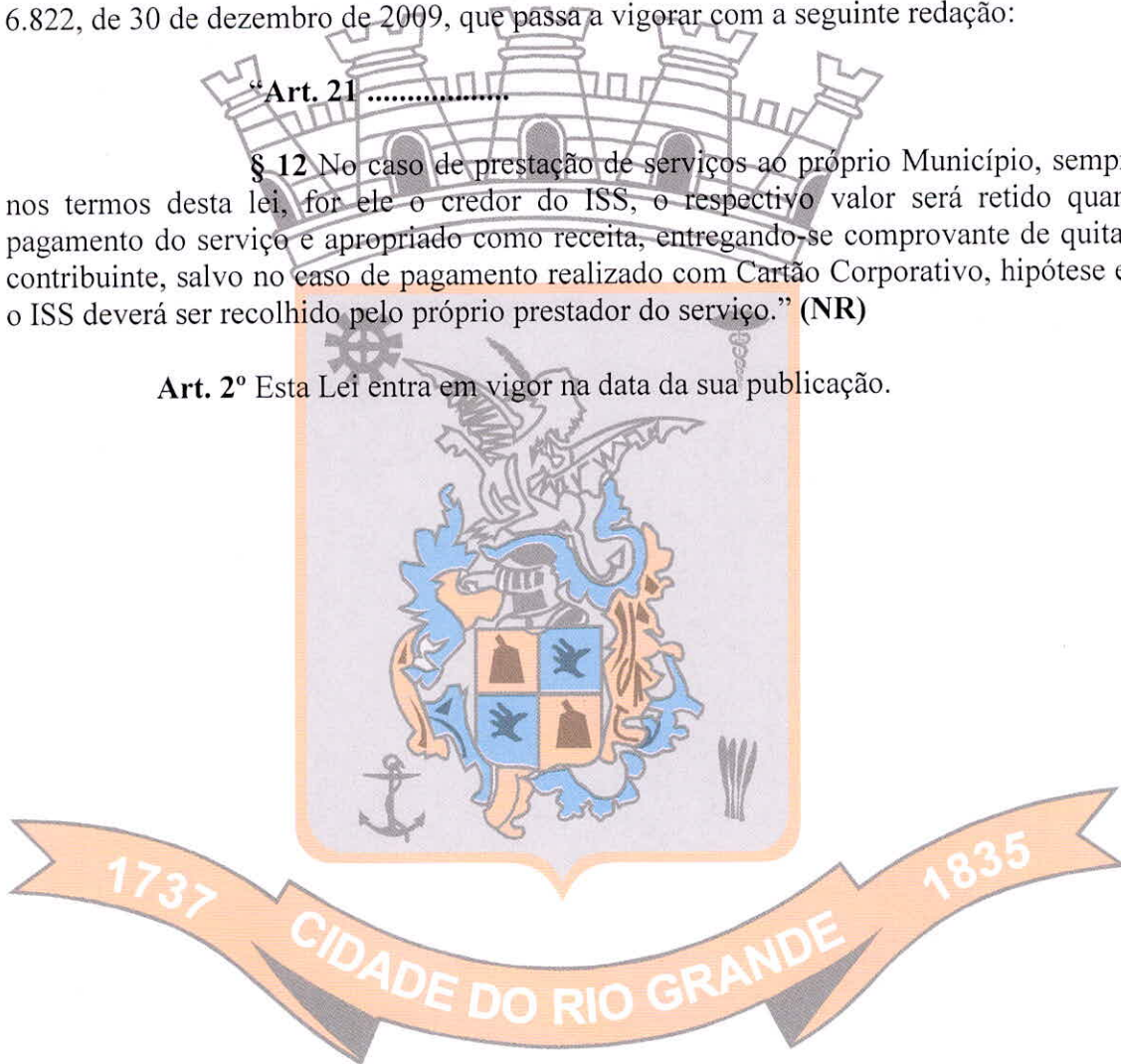
**ALTERA A REDAÇÃO DO
PARÁGRAFO 12 DO ART. 21 DA
LEI Nº 6.822, DE 30 DE DEZEMBRO
DE 2009.**

Art. 1º Fica alterada a redação do parágrafo 12 do art. 21 da Lei Municipal nº 6.822, de 30 de dezembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21 ”

§ 12 No caso de prestação de serviços ao próprio Município, sempre que, nos termos desta lei, for ele o credor do ISS, o respectivo valor será retido quando do pagamento do serviço e apropriado como receita, entregando-se comprovante de quitação ao contribuinte, salvo no caso de pagamento realizado com Cartão Corporativo, hipótese em que o ISS deverá ser recolhido pelo próprio prestador do serviço.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.





Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 8.010 DE 18 DE MAIO DE 2016.

**ALTERA A REDAÇÃO DO
PARÁGRAFO 12 DO ART. 21
DA LEI Nº 6.822, DE 30 DE
DEZEMBRO DE 2009.**

O PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu artigo 51, III.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do parágrafo 12 do art. 21 da Lei Municipal nº 6.822, de 30 de dezembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21

§ 12 No caso de prestação de serviços ao próprio Município, sempre que, nos termos desta lei for ele o credor do ISS, o respectivo valor será retido quando do pagamento do serviço e apropriado como receita, entregando-se comprovante de quitação ao contribuinte, salvo no caso de pagamento realizado com Cartão Corporativo, hipótese em que o ISS deverá ser recolhido pelo próprio prestador do serviço.” **(NR)**

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Rio Grande, 18 de maio de 2016.

ALEXANDRE DUARTE LINDENMEYER
Prefeito Municipal

cc.: Todas as Secretarias/CSCI/PJ/CMRG/Publicação

ATA Nº 9591

PROCESSO Nº 3550/15 PLE

VOTAÇÃO NOMINAL

Nº de ordem	NOME DOS VEREADORES	Favorável	Contra	Abstenção
1	JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA			
2	IVAIR DOMINGOS PEREIRA SOUZA			
3	JOEL DE ÁVILA			
4	PAULO ROBERTO MARIN ROLDÃO	✓		
5	FLÁVIO VARA DOS SANTOS	✓		
6	ANDRÉA DUTRA WESTPHAL			
7	ANDRÉ MORAES DE SÁ	✓		
8	ÂNGELO FERNANDO SILVA RIBEIRO	✓		
9	CHARLES SARAIVA			
10	CLÁUDIO JOSÉ CARDOSO COSTA	✓		
11	DENISE RODRIGUES MARQUES	✓		
12	DIRNEI MOTTA GREQUE	✓		
13	FLÁVIO VELEDA MACIEL	✓		
14	GIOVANI BASTOS MORALLES	✓		
15	JAIR RIZZO FERREIRA	✓		
16	JÚLIO CÉSAR PEREIRA DA SILVA			
17	LUCIANE COMPIANI BRANCO			
18	LUIZ FRANCISCO SPOTORNO	✓		
19	PAULO RENATO MATTOS GOMES			
20	THIAGO PIRES GONÇALVES	✓		
21	WILSON BATISTA DUARTE SILVA			
	RESULTADO:	12		

DATA: 11/05/16

ASSESSORA JURÍDICA DE PLURIÁRIO